



PREFEITURA DE UNAÍ

ESTADO DE MINAS GERAIS

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

278ª FESTA E ROMARIA DE SANTO ANTONIO DO BOQUEIRÃO
(Material)

Secretaria Municipal da Cultura e Turismo
Fabício de Melo Alvares

INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Municipal.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

O objeto dessa contratação é para Aquisição de material, para ser utilizado na decoração/divulgação da 278ª Festa de Romaria de Santo Antônio do Boqueirão do município de Unaí/MG, que acontece no Distrito do Boqueirão dos dias 09 a 14 de junho de 2026, com o apoio da Prefeitura Municipal de Unaí por meio da Secretaria da Cultura e turismo. Para essa contratação, espera-se um material de boa qualidade, para melhor entendimento e satisfação do público em geral.

O direito à cultura é uma eficácia da garantia social ao lazer, uma vez que impõe como competência da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, a proteção aos bens de valor histórico e artístico e a promoção ao meio de acesso à cultura, educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação, não perdendo de vista o esporte, como um meio de lazer.

Muito embora o lazer e a cultura, na prática, tenham se mostrado direitos relegados ao segundo plano em relação aos demais direitos fundamentais e sociais, eles tangenciam diversas áreas das garantias sociais e individuais, a exemplo do direito à educação, trabalho, segurança, proteção à infância, direitos autorais e artísticos. E, portanto, a garantia social ao lazer é abarcada no próprio Direito à Cultura.

O Direito da Cultura e Entretenimento pode ser traduzido então como um direito fundamental, como uma garantia social, onde é aplicado às atividades culturais e desportivas, com o objetivo de proporcionar segurança jurídica e garantir o respeito às leis no desenvolvimento das artes e dos esportes, bem como promover seu acesso à sociedade.

A Festa de Santo Antônio do Boqueirão é registrada como bem cultural de natureza imaterial da nossa cidade pelo Decreto nº 3709, de 14 de dezembro de 2009.



PREFEITURA DE UNAÍ

ESTADO DE MINAS GERAIS

2. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

2

Para o fornecimento dos serviços solicitados, a interessada deverá ser comprovadamente pessoa jurídica atuante no ramo das atividades que sejam objeto desta licitação, bem como apresentação dos documentos previstos no art. 62, da Lei nº 14.133/2021.

A empresa também deverá providenciar todos os recursos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto todas as despesas: transporte da sua equipe de apoio, locação e/ou aquisição de equipamentos, mão-de-obra, impostos, taxas, tarifas, alvarás, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega/execução dos serviços pela contratada.

Todos os serviços precisam ser entregues com antecedência, pois a equipe necessita da execução antecipada de todos os serviços para testagem e eventuais ajustes ou reparos.

3. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

As quantidades dos serviços a serem adquiridas foram levantadas através das licitações anteriores com itens semelhantes já contratados pela Setur.

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Para o levantamento dos valores médios dos materiais, a serem adquiridos, foram levados em conta os orçamentos apresentados pelas empresas.

5. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

*Foram realizados orçamentos do valor de cada serviço, chegando ao valor médio de **R\$ 20.423,42 (Vinte Mil Quatrocentos e Vinte e Três e Quarenta e Dois Centavos)**.*

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

As contratações dos serviços do presente objeto visam atender uma demanda para um público específico, que precisa de conforto e segurança, Cerca de mil pessoas por dia, participam da festa desde a equipe organizadora, técnicos, barraqueiros, expositores, público e servidores da Prefeitura.

6. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei Federal 14.133/2021, as licitações atenderão ao princípio do parcelamento, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso. Na aplicação deste princípio, o art. 1º do mesmo art. 47 estabelece que



PREFEITURA DE UNAÍ ESTADO DE MINAS GERAIS

deverão ser considerados a responsabilidade técnica, o custo para a Administração de vários contratos frente as vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens, e o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

7. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Pretende-se, com o presente processo licitatório, assegurar a seleção da proposta apta a gerar a contratação mais vantajosa para o município.

8. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Almeja-se, igualmente, assegurar tratamento isonômico entre licitantes, bem como a justa competição, bem como evitar contratação com sobrepreço ou com preço manifestadamente inexequível e superfaturamento na execução do contrato.

A contratação decorrente do presente processo licitatório exigirá da contratada o cumprimento das boas práticas de sustentabilidade, contribuindo para a racionalização e otimização do uso dos recursos, bem como para a redução dos impactos ambientais.

9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Este estudo não identificou a necessidade de realizar contratações acessórias para a perfeita execução do objeto, uma vez que todos os meios necessários para a contratação dos serviços do presente objeto podem ser supridos apenas com a contratação ora proposta.

Os serviços que se pretende, portanto, são autônomos e prescindem de contratações correlatas ou interdependentes.

10. IMPACTOS AMBIENTAIS

Dada a natureza dos serviços que se pretende contratar, não se verifica impactos ambientais relevantes, sendo necessário tão somente que a licitante atenda aos critérios e política de sustentabilidade ambiental

11. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

*Evidencia-se o interesse público no exercício dos direitos culturais, garantido pela **Constituição Federal** (no seu Art. 15): "O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais", e pela Lei 3.346/2021, do **Sistema Municipal de Cultura do município de Unaí** (no seu art 3º): " A cultura é um direito fundamental do ser humano, devendo o poder público municipal prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício no âmbito do Município de Unaí,*



PREFEITURA DE UNAÍ
ESTADO DE MINAS GERAIS

sendo importante vetor de desenvolvimento humano, social e econômico, devendo ser tratada como uma área estratégica para o desenvolvimento sustentável e para a promoção da paz no município".

Com base na justificativa e nas especificações técnicas constante nesse Estudo Técnico Preliminar, e na existência de planejamento orçamentário para subsidiar esta contratação, declaramos que a contratação é viável, atendendo aos padrões e preços de mercado.

FUNÇÃO	SERVIDOR	MATRÍCULA
Gestor do Contrato	Fabício de Melo Alvares	146365
Fiscal Técnico	Pedro Henrique Amaral Pereira	147069

Unaí/MG, 08 de maio de 2026.


Fabício de Melo Alvares
Matrícula 146365
Secretário Municipal da Cultura e Turismo

SEGURO